

PAULO FREIRE: UTOPIA, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

PEROZA, Juliano - PUCPR - <juperoza@gmail.com>

SCHIFFER, Mônica Brunner - PUCPR - <monicaschiffer@gmail.com>

Resumo

Em Freire, a perspectiva utópica permite a compreensão da história enquanto movimento, dialética, eterno devir, possibilitando ao educando a descoberta de um novo mundo, desvendando a realidade mitificada pela retórica de um mercado globalizado e avassalador. A Utopia (considerada também como sinônimo de esperança), pode ser entendida, dentre as várias categorias encontradas no pensamento de Paulo Freire que possibilitam a viabilização de uma práxis libertadora, como algo que está sempre correlacionado às várias dimensões do ser humano. Entendemos que a mesma torna-se insubstituível para sustentar uma condição antropológica que não esteja submetida aos determinismos do neoliberalismo que se impõe mundialmente em diversas áreas, conseqüentemente também no campo educacional. Os determinismos e os sectarismos implícitos nas práticas pedagógicas que visam somente a preparação e adaptação dos educandos a prática laboral e, às demandas de um mercado de trabalho injusto e excludente dentro das dinâmicas competitivas e da concorrência, limitam as perspectivas de existência destes ao âmbito econômico e impedem o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade. Os sonhos e esperanças daqueles que buscam na educação uma forma de emancipação são rechaçados por uma ideologia determinista, condicionada pelo sistema neoliberal. Repensar a educação a partir da Utopia implica numa atitude de resignificar a práxis educativa na tentativa de compreender o ser humano em seu contexto existencial – cultural, social, político e econômico - para indicar as possibilidades de emancipação deste numa prática que ultrapasse a condição histórica determinista.

Palavras-Chave: Educação, utopia, antropologia, neoliberalismo, práticas pedagógicas, globalização

INTRODUÇÃO

A Utopia, ao longo da história, tornou-se um conceito bastante polêmico. Elogiada por alguns, criticada por outros, sempre cumpriu seu papel crítico ao presente: negar uma realidade imediata que é incompatível com a emancipação do “homem” e anunciar uma nova realidade fundamentada num projeto alternativo ainda não existente, mas, que pudesse propiciar um “lugar” para a plenificação da humanidade como um todo.

A tarefa de conjugar uma reflexão acerca da Utopia enquanto condição antropológica com educação e sistema econômico, exige que se tenha o mínimo de lucidez do contexto existencial em que se situa o atual sistema educacional.

Paulo Freire, ardoroso educador utópico e imbuído de convicções libertárias, assume a Utopia/esperança como condição fundamental para inspirar e orientar os educadores que buscam superar as contradições de um sistema que nega cada vez mais a “vocação ontológica” de homens e mulheres que buscam em sua espontaneidade a busca pelo “ser mais”.

Assim, pretendemos neste trabalho, desvendar as razões que impedem que a educação cumpra a sua função de efetivação da estrutura sociocultural das pessoas na totalidade de sua humanidade e, a partir do pensamento freireano, apontar possíveis caminhos que superem certos determinismos históricos e sustentem uma Utopia/esperança que antecipe o futuro numa perspectiva revolucionária.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTOPIA

1.1 Origem, Histórico e Conceituação

O termo utopia, desde que surgiu, carrega consigo uma conotação político-social. O termo é uma composição de duas palavras gregas: *ou* (indica negação, não) e *topos* (lugar). Para o português é traduzido de algumas formas das quais as mais comuns são: “o lugar que não existe”; “o lugar do melhor”; ou ainda, “o não lugar”.

Politicamente usado, o termo leva a uma negação dos projetos e da ordem social existente propondo como conceitos abstratos uma nova ordem superior à atual e idealizada. O primeiro pensador a utilizar o termo com tal conotação é Thomas More (1997) e posteriormente Tommaso Campanella (2005) no século XVI. Estes escrevem suas obras, *Utopia* e *Cidade do Sol* respectivamente, propondo modelos de sociedade rígidos para manterem os bons costumes e resgatar os valores e uma igualdade abstrata em contraposição às contradições do modelo mercantilista (primórdio do capitalismo) baseado na apropriação privada. Diante do modelo econômico implantado – o capitalismo mercantil –, o mundo entra em uma grande transformação da qual não escapa o termo em questão:

“No século XVIII, a utopia apresenta-se como uma formulação imaginária, como sonho político, como uma fuga da realidade. A perspectiva contratualista na formulação do modelo político, a divisão e o equilíbrio entre os poderes, a busca do esclarecimento e da racionalidade segundo as modalidades próprias do homem e da natureza constituíram

um discurso crítico ao antigo regime. As utopias de Renascimento como, por exemplo, no livro *Viagens de Gulliver* de Swift, propunham a superação das deformações existentes no antigo regime através do ideal do tipo liberal individualista” (BOCAIUVA et, alii, p. 265).

O que para os utopistas do século XVI eram vícios que levavam a sociedade ao declínio moral, com o primor do capitalismo no final do século XVIII e início do XIX tornou-se um estágio necessário do desenvolvimento da sociedade. Tal desenvolvimento acaba fomentando na sociedade, pelo mal-estar gerado, uma secularização das utopias, que receberão uma conotação socialista. Os marcos desse tipo de utopia são R. Owen, Saint-Simon e C. Fourier. Estes procuram formular novos projetos sociais em combate às contradições do sistema capitalista, colocando em primeira instância a questão do trabalho como sendo a base de uma sociedade reformada. Isso inicia uma crença fervorosa na idéia de progresso constante da sociedade. No século XIX, Marx chamará este socialismo de utópico num sentido pejorativo, quimérico, anacrônico (2006).

No *Manifesto do Partido Comunista* (1999), juntamente com F. Engels, Marx faz uma crítica ferrenha aos teóricos do socialismo – que ele denomina utópico – por eles terem percebido os antagonismos de classe e não terem proposto uma luta revolucionária para superá-los. Praticam assim seu maior equívoco, ou seja, buscam conciliar as classes entre si. Isso decorre da não compreensão do movimento real da história, segundo os escritores do *Manifesto do Partido Comunista*. Por isso, só resta a estes utópicos transcender a realidade com construções de uma nova realidade social fantástica. Para Marx, a utopia toma este sentido pejorativo, ou seja, não pode ser realizada, é um sonho político.

No século XX, as utopias tomam um rumo negativo, perante o surgimento de novas teorias sociais positivistas, que provocam uma corrida científico-progressista, que ameaça a liberdade e a vida humana como tal. Neste contexto é que as obras utópicas de G. Orwel (1983) e de A. Huxley (2005) surgem apresentando-se como uma forma de prevenção da privação a que o homem pode chegar - sua liberdade -, ou seja, são uma crítica à realidade – este é seu caráter utópico – que se continuar no rumo indicado pelos fatos, levará a um futuro fatalista, monstruoso e caótico em nome do progresso.

Karl Mannheim (1986), na primeira metade do século XX, quando analisa a utopia, usa o termo “mentalidade utópica” ou “espírito utópico”. Para ele, este estado de espírito utópico evidencia-se na incompatibilidade de atos, pensamentos e conduta com a

ordem estabelecida. É, portanto, um estado que transcende a realidade da ordem estabelecida. Porém é preciso esclarecer que nem todo estado de espírito, que transcende a realidade, é utópico. Há os estados de espírito ideológicos, que também transcendem a realidade, mas que, no entanto, não implicam na mudança da ordem estabelecida. Pelo contrário, acabam sacramentando-a.

A história é repleta, em todas as suas fases, de idéias incongruentes com a situação real, mas, que não oferecem qualquer possibilidade revolucionária, portanto não-utópicas, mas ideológicas. Somente serão utópicas se incorporadas por algum(ns) grupo(s), em ascendência, à sua(s) conduta(s). Há de ser levado em conta, para o esclarecimento das concepções acima, uma concepção de existência do homem e de transcendência desta mesma existência. Estas últimas são tomadas a partir do contexto histórico-social, visto que o homem, sociologicamente falando, só existe historicamente e, o meio em que se encontra, influencia sua vida e suas concepções.

Frente a tal quadro, é preciso afirmar que todas as concepções do homem levam uma bagagem política e econômica situacional. Existe dentro desta categoria duas formas de conceber as coisas, as situações: uma, são as idéias situacionalmente adequadas, ou seja, que são congruentes ao *status quo*; outra são as idéias situacionalmente transcendentais ou irreais que não são passíveis de se realizar dentro das condições sociais existentes. Em duas palavras: ideologias e utopias respectivamente.

Mannheim (1986: 220) afirma ainda, que sempre os intelectuais da ordem social prevalecente rotularão as lutas e os ideais da ordem oposta como utópicos no sentido irrealizável do termo, como se fosse uma fantasia ou um sonho. Já para esta última ordem a sua utopia só é irrealizável nas condições sociais existentes, mas está concretizando-se por sua força e luta para estabelecer nova ordem em que seus ideais possam ser viáveis.

“...Será sempre o grupo dominante, que esteja em pleno acordo com a ordem existente, que irá determinar o que se deve considerar utópico, ao passo que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser considerado ideológico. Outra dificuldade em definir com precisão o que se deve considerar como utopia resulta do fato de os elementos ideológicos e utópicos não ocorrerem separadamente no processo histórico. As utopias das classes ascendentes se acham freqüentes vezes permeadas por elementos ideológicos” (idem).

A utopia jamais se dá em nível individual. Ela é essencialmente social. Pode-se admitir somente a ação do indivíduo ou sua concepção utópica na medida em que esta vai ao encontro de uma luta ou conduta de um grupo, que supõe a devida incongruência com a ordem social existente e tem perspectivas de nova ordem social. Uma grande verdade a respeito das concepções utópicas é que estas só adquirem tal sentido, ou seja, são compreendidas e assimiladas à conduta de um grupo social, se perfiladas a uma estrutura social e que a um dado tempo casem-se – as concepções utópicas com a realidade – com comunhão de bens.

2. CONSIDERAÇÕES ANTROPOLÓGICAS ACERCA DA EDUCAÇÃO E O SISTEMA ECONÔMICO.

Paulo Freire (2006: 27) deixa claro que é impossível fazer uma reflexão sobre a educação sem refletir sobre o próprio homem, ou seja, abordá-lo numa perspectiva antropológico-filosófica. Conclui que o “núcleo fundamental” em que se sustenta o processo de educação está na própria experiência existencial do homem: o seu inacabamento ou inconclusão. O ser humano, neste sentido, como tudo o que existe, não está pronto, mas está em constante processo de construção e abertura à realidade em que está circunscrito. Porém, a diferença que há entre os seres humanos e os demais seres - também inacabados - está na capacidade que o homem tem de tomar consciência de sua posição no cosmos, perceber sua singularidade e ser “autor” de sua própria história. A educação só é possível entre os seres humanos pelo fato destes reconhecerem-se neste estado de inacabamento e disporem-se na busca constante da conquista do seu ser na história, ou seja, pela educação que os seres humanos tornam-se humanos, produtos de um constante processo de superação de sua condição incompleta.

Contudo, pensar a situação do “homem” e da “educação” no atual contexto sócio-histórico, exige que sejam considerados os fatores econômicos, políticos e ideológicos que condicionam sua existência e restringem sua práxis a uma mera adaptação aos fatos e não uma inserção na realidade para transforma-la e recria-la.

O período atual está marcado profundamente pelas determinações provenientes da singularidade de um sistema econômico que se impôs globalmente e, atingiu, devidas as

proporções, todos os cantos do planeta. Este, mesmo visivelmente contraditório, avança de forma assustadora na destruição da natureza e da própria espécie humana. Concebe-se esta época como o fim das ideologias, das lutas das classes sociais, da sociedade do trabalho, da história, e a prova dos mecanismos “naturais” do mercado (FRIGOTO, 2000: 59). É época em que parece não ter nenhuma alternativa de sistema que a humanidade possa encontrar-se sem o contraditório e destrutivo sistema de acúmulo e feroz consumismo.

A educação torna-se um instrumento idealizador e na perspectiva neoliberal serve como mecanismo de ajuste e adequação das pessoas às demandas do processo de produção capitalista. Nesta visão, o ser humano passa a ser compreendido como um produto manipulável de acordo às exigências do mercado, transformando-o num mero receptor de conhecimento fragmentado, necessário aparentemente para uma possível inserção no mercado de trabalho. A educação torna-se uma forma de estímulo à competitividade, instrumentalizando no educando expectativas e esperanças falsas de acesso às demandas do capital e condicionando a construção de sua própria existência. Deixa de ser um espaço de efetivação da estrutura sociocultural da pessoa, bem como, das conseqüências desta no que se refere à questão da esperança/utopia, anseio mais profundo deste que motiva a sua existência para o futuro.

Este panorama faz com que pensemos sobre o conceito de esperança/utopia que as pessoas têm e depositam na educação, sendo que esta, ao invés de problematizar as contradições da realidade marcada pela exclusão social, apenas acaba se tornando um mecanismo de acomodação aos fatos como se estes fossem imutáveis, intransponíveis. Tal esperança não passa de uma forma mágica e ingênua perante a realidade, concebendo a história como um conceito estático e inexorável e a liberdade humana limitada aos encaixes na economia de mercado.

Cardoso (2006) reflete que é necessário perceber de forma crítica e autônoma estas transformações, para que estes temas educacionais não se transformem em convicções correntes de um estágio de desenvolvimento social natural. Nesse sentido a opinião pública tem constituído uma forma comum de compreensão, percebendo-se cada vez mais como normativa. É necessário, no entanto, questionar de quem são os valores, ética e códigos morais e interesses que estão sendo expressos como naturais e avançados.

A internacionalização do neoliberalismo conservador necessita de um sistema ativo e depende do envolvimento eficaz dos governos, políticos e funcionários, grupos e indivíduos em cada país. Concomitantemente esta penetração globalizada é permeada de conflitos, tensões e contradições dentro de instituições de natureza democrática e de fins sociais. O neoliberalismo não é um sistema monolítico, mas constituído de conceitos complexos e variados. A diversidade, qualidade, eficiência, avaliação e escolha também são afetadas e influenciadas pela multiplicidade de significados e convicções da variedade interna inerente ao próprio neoliberalismo, ao “novo” sistema capitalista. (CARDOSO, 2006)

O princípio de “privacidade e liberdade” atrofia os direitos sociais e a educação é percebida como valor mercantil, instrumento congregador de princípios comerciais e de eficiência econômica.

“A competição forma a base de sustentação da nova forma de fornecimento de serviços onde um indivíduo irá ganhar o que o outro indivíduo irá perder. Em muitos casos, o princípio darwiniano de seleção natural é transferido para seleção social: apenas os mais fortes sobrevivem as avaliações. Mudanças escolares seguem definições restritas de “melhoramento” baseadas na oposição entre noções de boa/má, eficiente/ineficiente ou útil/inútil” (Cardoso, 2006:215)

O ser humano, que na perspectiva freireana se completa e se realiza na medida em que se relaciona e estabelece laços com outros de sua espécie num processo de aprendizagem conjunta, torna-se, no sistema capitalista, um competidor, concebendo o próximo como uma ameaça ao seu desempenho, à realização de seus sonhos e projetos.

Desenvolve-se assim uma expectativa e uma forte esperança no denominado de que o “estudo” é um mecanismo que garante a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho e que viabiliza o caminho para o sucesso. Isso identifica-se com o que Freire chama de “prescrição”:

Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores. Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão do outro “conteúdo” – o de sua autonomia (FREIRE, 1987: 34).

Já no início de sua *Pedagogia do Oprimido*, Freire problematiza a relação entre oprimidos e opressores, dominados e dominadores, relação esta em que há uma situação de estranhamento dos primeiros para com os segundos, em que o não reconhecimento da situação de opressão faz com que o oprimido se identifique com o opressor, assumindo em sua experiência existencial uma postura de aderência a este e reproduzindo em sua própria vida os aspectos que são inerentes à realidade opressora. Os oprimidos introjetam a imagem do opressor, reproduzindo-a:

“para eles, o novo homem são eles mesmos tornando-se opressores de outros. A sua visão de homem novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida” (FREIRE, 1987: 32).

A potencialidade que Freire vê no ser humano enquanto “vocação ontológica” para *ser mais*, acaba confundindo-se com as determinações do mercado que incentiva a busca pelo *ter mais*. As necessidades e os desejos que são criados e suscitados pela ideologia neoliberal, tornam-se as únicas referências para o ser humano em sua sociabilidade

A Utopia/esperança na perspectiva do sistema neoliberal não passa de uma forma mítica de compreensão da realidade. Ao formar um ser humano competidor a educação assume as máximas econômicas que determinam a história enquanto palco daqueles que conseguem vencer e impor sua força aos demais como forma de dominação. Aos dominados – oprimidos, vencidos – restam as precárias possibilidades de empregabilidade que serão disputadas de acordo com a “sorte” de cada um.

3. A UTOPIA COMO CONDIÇÃO ANTROPOLÓGICA PARA A LIBERTAÇÃO EM PAULO FREIRE.

Faz necessário, cada vez mais, resgatar o conceito de esperança a partir da compreensão Freireana como crítica ao neoliberalismo na educação, esperança impregnada da preocupação de libertar o ser humano do discurso ideológico pragmático. Para Freire (2006), a esperança é inerente à própria natureza humana, sendo concebida como horizonte e princípio de emancipação do ser humano na medida em que este se reconhece como

inacabado historicamente e se coloca num movimento de busca constante (p.72) para desvendar as razões legítimas de sua existência no mundo, num constante processo de humanização.

A compreensão de história, para Freire, está intrinsecamente ligada à sua concepção de Utopia e esperança. Freire resgata a concepção dialética de história, na qual, esta é representada pela mobilidade, pelo movimento, tempo de possibilidade que abre espaço para a busca da utopia. A preocupação de Freire com a construção histórica do ser humano deixa claro que esta só é possível com a presença humana, pois, o homem se constrói enquanto ser histórico na medida em que dá sentido ao seu “ser” dentro de sua historicidade, por isso, sua compreensão de história está intrinsecamente ligada à sua concepção de esperança. Já, para a concepção neoliberal, a história é controlada, delimitada, estática e apresenta-se como única resposta à realidade atual. Nesta concepção o ser humano vive uma contradição, pois, a “busca” pelo sentido dentro deste sistema, não passa de uma busca consumista, desenfreada, que se consome na posse das coisas, que acaba conduzindo o ser humano a um vazio existencial (2006).

A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança. A desesperança é a negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (FREIRE, 2006: 72)

Face a esta realidade dada, Freire concebe o mundo como o lugar de várias possibilidades ilimitadas, onde a esperança inscreve o ser humano numa posição de convicção acerca da potência de suas possibilidades e o faz capaz de recriar, transformar a realidade em que se encontra. Assim, como condição de possibilidade para a verdadeira emancipação do ser humano enquanto ser social, histórico e cultural, a esperança, passa a ser entendida como uma necessidade ontológica que, para tanto, é também considerada uma atitude a ser criticamente elaborada, que necessita de uma prática para se efetivar no mundo (FREITAS, 2007).

Tal concepção abre perspectiva para uma consistente prática educativa, capaz de superar as “certezas” implícitas no discurso neoliberal que tratam a realidade de forma determinista e inexorável, transformando o mundo num sistema fechado e acabado sem possibilidade de um projeto alternativo em constante formação e desproblematizando o futuro como se fosse impossível pensar ou imaginar um “não lugar” para além deste sistema:

“A desproblematização do futuro numa compreensão mecanicista da História, de direita ou de esquerda, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança. E que, na inteligência mecanicista portanto determinista da História, o futuro é já sabido. A luta por um futuro assim “a priori” conhecido prescinde da esperança (FREIRE, 2006: 73).

Nesse esforço contínuo de enxergar o mundo em volta em sua potencialidade e múltiplas possibilidades é necessário solidificar uma educação fértil na diversidade, em que os paradigmas sejam sustentados na liberdade e pluralidade humana, arruinando uma sociedade que gera miséria, guetos e desigualdades, encobertas por linguagens alienantes e forçadamente omissas as trucidantes realidades de exclusão de um sistema dito único e irremediável. Isto nos instiga a efetivar uma pedagogia da esperança que nos oriente a um crítico caminho da verdade, sem mitos, sem mentiras, capaz de “resgatar” nossa dignidade humana, dando aos estudantes a possibilidade de uma consciência crítica, formadora de valores essencialmente humanos. (MACEDO, BARTOLOME, 2000)

Partimos deste anseio lembrando as palavras de Freire já no início de sua Pedagogia da Esperança: “*há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada um e de cada uma de nós*”(1992: 10). A esperança, embora influenciada, condicionada e moldada, que tenta exprimir simplesmente uma vontade de ser, de existir, de resistir, por isso, deve ser educada para, numa relação direta com a prática, poder antecipar o futuro numa ação libertadora.

Por isso, Freire define a educação na esperança para o ser humano como o cultivo desta necessidade ontológica de que lhe é própria. Nela, o ser humano descobre-se como ser inacabado e, tomando consciência de seu inacabamento, coloca-se num movimento de busca constante para “ser mais”. A esperança que move o ser humano para a superação de uma consciência ingênua mobiliza-o para uma práxis que seja capaz de recriar a realidade. Assim, o educador tem um lugar central no que se refere à deslegitimação da ideologia

neoliberal: *“uma das tarefas do educador progressista” está em através da análise política séria e correta, desvelar as possibilidades para esperança... sem esperança, nossa luta é suicida*”(FREIRE, 1992: 11).

Enquanto o ser humano for educado para adaptar-se aos fatos, imaginando que a realidade é imutável e que as coisas sempre foram assim, perpetuar-se-á o cultivo de uma consciência ingênua, fundamentada numa concepção mágica e simplista de que a possibilidade de um futuro alternativo dar-se-á pela influência de forças externas à sua realidade. Por isso, afirma Freire (idem) que *“não há esperança na pura espera... espera vã”*. Numa espera que se tornou “distorção” da necessidade ontológica do ser humano, uma ilusão difundida por uma retórica infundada na realidade, mas que se expande cada vez mais nas mentes das pessoas.

Assim, mesmo sendo criticado como sonhador e idealista, Freire denuncia a perversidade deste sistema e anuncia esperançosamente a possibilidade de um novo futuro para o mundo:

Não creio que as mulheres e homens do mundo, independentemente das suas opções políticas, mas sabendo-se e assumindo-se como mulheres e homens, como gente, não aprofundem o que hoje já existe como uma espécie de mal-estar que se generaliza em face da maldade neoliberal. Mal-estar que terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário, a denúncia veemente da negação do homem e da mulher e o anúncio de um mundo “genteficado” serão armas de incalculável alcance (FREIRE, 2006, p. 128)

Em Freire, o neoliberalismo é contrário à utopia e à esperança, por se apresentar como uma realidade definitiva, inexorável. A ideologia neoliberal postula a perpetuação da ingenuidade, alimentando “esperanças” puramente mercadológicas. A educação na esperança, em Freire, contrapõe-se a esta visão, pois, o mesmo propõe uma esperança crítica, ao motivar uma ação revolucionária - utópica - atualiza o futuro pelo engajamento do ser humano na construção de sua própria história.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOCAYUVA, Pedro C.C., VEIGA, Sandra M., **Novo Vocabulário Político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

CARDOSO, CLEMENTINA, M. **Livrar a educação da usurpação empreendedorista da escolha individual e privada da ação pública.** (2005) in Teodoro, Antônio e Torres, Carlos. *Educação crítica e Utopia. Perspectivas para o século XXI.* São Paulo. SP. Cortez Editora, 2006.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol.** São Paulo: Rideel, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Ana Lúcia de S. **Pedagogia da Conscientização:** Um legado Paulo Freire à formação de professores. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo.** 2. ed. São Paulo: Globo, 2005

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MANNHEIM, Karl **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

MACEDO, BARTOLOME, **O racismo na era da globalização** (2000) in F. Imbernón (org) *A Educação no século XXI. Os desafios do futuro imediato.* Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORE, Thomas. **A utopia.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ORWELL, George. **1984.** 16 ed. São Paulo: Nacional, 1983.